

**RAÍZES ANDESTRAS: A DIÁSPORA AFRIDANA E (RE)CONSTRUÇÃO
DA IDENTIDADE BRASILEIRA**

[Artigo Científico]

Sabrina Liberato da Cruz

Submissão: 08/10/2024

Aprovação: 10/11/2024

***  SOBRE O AUTOR/A/OS/AS:**

▪ **Sabrina Liberato da Cruz**

Graduanda de Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Técnica de nível médio em Edificações pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).



RAÍZES ANCESTRAIS: A DIÁSPORA AFRICANA E (RE)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA¹

ANCESTRAL ROOTS: THE AFRICAN DIASPORA AND THE (RE) CONSTRUCTION OF BRAZILIAN IDENTITY.

Sabrina Liberato da Cruz

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo discutir a formação da identidade brasileira à luz do impacto do processo de colonização portuguesa, com ênfase no extermínio sistemático de povos africanos através do tráfico transatlântico de escravos. Sob uma perspectiva histórica, o artigo examina os desafios enfrentados pelos africanos e seus descendentes na sociedade brasileira, como a escravidão, o racismo estrutural e a marginalização social. A (re)construção da identidade nacional é apresentada como um fenômeno dinâmico, em que os elementos culturais africanos se amalgamam às influências indígenas e europeias, culminando em uma identidade plural e diversa. A herança africana, trazida ao Brasil pelos povos escravizados, desempenhou um papel central na configuração de aspectos fundamentais da cultura brasileira, incluindo a língua, a religiosidade, a gastronomia e as expressões artísticas. Por meio de uma revisão bibliográfica e análise documental, este trabalho busca investigar como esses processos contribuíram para a constituição da realidade cultural brasileira.

Palavras-chave: Diáspora africana; identidade brasileira; colonialismo.

ABSTRACT

The present study aims to discuss the formation of Brazilian identity in light of the impact of the Portuguese colonization process, with an emphasis on the systematic extermination of African peoples through the transatlantic slave trade. From a historical perspective, the article examines the challenges faced by Africans and their descendants in Brazilian society, such as slavery, structural racism, and social marginalization. The (re)construction of national identity is presented as a dynamic phenomenon, where African cultural elements merge with indigenous and European influences, culminating in a plural and diverse identity. The African heritage, brought to Brazil by enslaved peoples, played a central role in shaping

1 Linha editorial 01: O Passado e as Histórias Apagadas: Resgate Histórico e Herança Cultural no Brasil

fundamental aspects of Brazilian culture, including language, religiosity, gastronomy, and artistic expressions. Through a bibliographic review and documentary analysis, this work seeks to investigate how these processes contributed to the formation of Brazilian cultural reality.

Key-words: African diáspora; Brazilian identity; Colonialism.

1. INTRODUÇÃO

A história do Brasil é marcada por um processo de miscigenação e fusão cultural sem precedentes, no qual as influências africanas desempenham um papel central. Desde a chegada dos primeiros africanos ao Brasil, como resultado do comércio transatlântico de escravos, a presença negra moldou profundamente a cultura, a sociedade e a identidade nacional. Porém, esse processo, não se deu de forma pacífica ou homogênea, sendo permeado por episódios de opressão, resistência e ressignificação cultural. Nesse contexto, a diáspora africana no Brasil representa um fenômeno complexo, no qual as raízes ancestrais dos povos africanos contribuíram significativamente para a construção da identidade brasileira.

Neste contexto, este artigo busca explorar as maneiras pelas quais a diáspora africana contribuiu para a formação da identidade nacional, com ênfase na preservação e na reinvenção das raízes ancestrais. A análise abordará tanto os aspectos históricos dessa diáspora quanto às manifestações culturais contemporâneas que evidenciam a influência africana no Brasil atual. A compreensão dessa dinâmica é essencial para reconhecer a riqueza da cultura brasileira e a complexidade das suas múltiplas identidades. O objetivo é selecionar autores e pesquisadores relevantes que possam fundamentar de maneira sólida a pesquisa. Através dessa abordagem, busca-se realizar análises aprofundadas e promover discussões embasadas nos textos estudados, visando identificar os principais conceitos e efeitos associados ao processo de escravidão e o surgimento da identidade brasileira.

O artigo apresenta três partições. Na primeira parte é explorado o panorama histórico, base para a formação da identidade brasileira. Posteriormente, discute-se o papel dos povos originários, com ênfase nos afrodescendentes, na construção dessa identidade, assim como na constituição de uma cultura afro-brasileira. Dessa forma, são abordados os aspectos históricos que influenciaram, direta e indiretamente, a miscigenação em uma sociedade culturalmente diversa como a do Brasil. Por fim, é analisada a sistemática da colonização que persiste na atualidade. Por conseguinte, o artigo pretende contribuir para uma compreensão mais aprofundada das origens e das implicações desses fenômenos identitários, além de fomentar um diálogo embasado sobre as questões de justiça e igualdade na sociedade contemporânea.

2. PERSPECTIVA HISTÓRICA

Há uma concepção difusa de que o continente africano, assim como o continente americano, teria adquirido relevância apenas a partir do chamado “descobrimto” pelos europeus. Contudo, historicamente, esse momento marca o início de um processo de desligamento cultural dessas sociedades, em prol da ascensão da Europa como o centro do mundo civilizado. Já no século VII, a África abrigava grandes reinos e impérios, como o Império do Mali, o Império Songhai, o Reino do Congo, o Império de Gana e o Reino de Axum, todos dotados de sistemas políticos avançados. Esses impérios mantêm relações diplomáticas e comerciais sofisticadas, tanto internamente no continente africano quanto com outras regiões, como o Oriente Médio e a Europa (Alves; Fagundes de Oliveira, 2016, p.54)

As economias desses impérios baseavam-se em diversas atividades, incluindo a agricultura, a mineração — especialmente de ouro e sal —, a produção de tecidos e o comércio de longa distância. Além disso, houve um florescimento cultural e intelectual significativo em várias regiões. Antes do advento do comércio transatlântico de escravos, já existia o comércio de escravos dentro do continente africano e através das rotas transaarianas e orientais (ligadas ao Oriente Médio e à Ásia). Contudo, esse comércio diferia na escalada e no impacto do comércio transatlântico que se alterava. Os escravos, em grande parte, eram prisioneiros de guerra ou pessoas individualizadas, que muitas vezes tinham a oportunidade de se integrar nas sociedades para as quais eram levados (Alves; Fagundes de Oliveira, 2016, p.62).

No ano de 1500, a história da África e do território que viria a se tornar o Brasil assumiu novos contornos, marcados pela expansão colonial portuguesa. A exploração do Brasil pelos portugueses ocorreu de maneira profundamente predatória, promovendo a destruição das culturas originárias desse espaço e instituindo um genocídio sistemático da população africana, que se estendeu por mais de três séculos na constituição da sociedade brasileira. O tráfico transatlântico de escravos africanos tornou-se um dos alicerces da economia colonial, destacando-se, sobretudo, nas lavouras de cana-de-açúcar do Nordeste e nas atividades de extração de ouro e diamantes em Minas Gerais. Os africanos escravizados eram submetidos a condições de trabalho extremamente degradantes, enfrentando longas jornadas de labor, violência física e psicológica, e sendo privados de direitos civis fundamentais.

Os indivíduos trazidos da África pertenciam a diferentes etnias e falavam múltiplas línguas, como o iorubá, o quimbundo e o kikongo. Entretanto, “os senhores de escravos buscavam eliminar qualquer traço de identidade africana, impondo uma cultura homogênea baseada na língua portuguesa, no catolicismo e

nos costumes europeus” (Munamba, 2019, p. 52). Esse projeto de homogeneização cultural visava facilitar o controle sobre os escravizados. Contudo, esses grupos desenvolveram estratégias de resistência cultural, manifestadas nas religiões afro-brasileiras, como o Candomblé e a Umbanda, na prática da capoeira e em diversas outras expressões artísticas.

O apagamento cultural das populações africanas no Brasil também se manifestou por meio da estigmatização e criminalização de suas práticas culturais. Abdias do Nascimento, destacado ativista na defesa e valorização da cultura afro-brasileira, aborda essa repressão em suas obras. De acordo com o autor:

“A perseguição às religiões de origem africana representa não apenas uma intolerância religiosa, mas um projeto de extermínio cultural. O Brasil, que se orgulha de sua suposta ‘democracia racial’, promove na verdade um apagamento contínuo das manifestações culturais negras, marginalizando suas práticas e simbolismos. Esse processo é um genocídio cultural, um esforço deliberado para destruir a herança cultural e espiritual dos afrodescendentes, negando-lhes o direito à identidade plena e ao reconhecimento de suas raízes africanas. As religiões afro-brasileiras, como o Candomblé e a Umbanda, são atacadas e demonizadas, enquanto suas práticas são criminalizadas e seus praticantes perseguidos.” (Nascimento, 1982, p. 67).

A negação da cultura africana, entretanto, não foi suficiente para impedir que os afrodescendentes preservassem e adaptassem suas tradições, resultando em uma rica herança cultural que continua a influenciar profundamente a sociedade brasileira contemporânea. Dessa forma, “a cultura afro-brasileira resistiu através de um processo de resignificação e adaptação, que permitiu a manutenção de elementos essenciais de sua identidade, mesmo diante de um contexto hostil e de apagamento sistemático” (Gonçalves, 2017, p. 89).

3, IDENTIDADE AFRODESCEDENTE: A FORMAÇÃO DO SER BRASILEIRO

Os povos tradicionais são definidos como grupos culturalmente distintos, que mantêm condições sociais, culturais e econômicas próprias e estabelecem relações específicas com seus territórios e ambientes naturais (Coordenadoria de Mobilização e Coordenação Sociais (CIMOS) - Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). Esses grupos possuem práticas e hábitos específicos, organizando-se com base nas experiências desenvolvidas localmente, respeitando princípios de sustentabilidade e mantendo uma relação afetiva com o meio ambiente, o que é crucial para a continuidade das gerações futuras de suas comunidades. No contexto nacional, há aproximadamente vinte e seis povos oficialmente reconhecidos, incluindo, a título exemplificativo, os indígenas, extrativistas, caboclos, ribeirinhos, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais, entre outros.

3.1 IDENTIDADE AFRO-BRASILEIRA

A identidade afro-brasileira é uma construção complexa, resultado de um longo processo histórico marcado pela diáspora africana, o colonialismo, o escravismo e a resistência cultural. Esse conceito não se refere apenas à herança cultural africana preservada no Brasil, mas também às formas de adaptação, ressignificação e resistência que os descendentes de africanos desenvolveram ao longo dos séculos em um ambiente de opressão e negação de suas identidades originais.

Segundo Kabengele Munanga (2019), a identidade afro-brasileira foi construída a partir de um movimento dialético entre o apagamento cultural imposto pelos colonizadores e as estratégias de preservação e recriação cultural dos povos africanos e seus descendentes. Munanga destaca que “a diáspora africana no Brasil não se limitou à submissão e à assimilação forçada, mas engendrou formas singulares de resistência, expressas nas práticas religiosas, artísticas e sociais que deram origem a uma nova identidade” (Munanga, 2019, p. 48).

Um dos principais mecanismos de resistência cultural foi a religião. O Candomblé, a Umbanda e outras práticas afro-religiosas foram essenciais para a manutenção de elementos da espiritualidade africana no Brasil. As práticas religiosas permitiram que os afro-brasileiros preservassem sua conexão com o continente africano, apesar da tentativa de homogeneização religiosa promovida pela imposição do catolicismo. As religiões afro-brasileiras não apenas mantêm vivos os elementos culturais africanos, mas também atuam como um espaço de reconstrução identitária, onde os afrodescendentes reafirmam sua ancestralidade e combatem a marginalização social.

A identidade afro-brasileira constitui uma expressão viva e dinâmica da resistência histórica das populações africanas e de seus descendentes frente à violência, ao apagamento e à opressão decorrentes do colonialismo. Tal identidade reflete a capacidade desses grupos de preservar, ressignificar e adaptar elementos culturais africanos em um contexto profundamente marcado pela exclusão social e pelo racismo estrutural. Simultaneamente, a identidade afro-brasileira questiona a narrativa hegemônica da identidade nacional, evidenciando que o Brasil é composto por uma multiplicidade de experiências culturais.

Além da religião, as manifestações artísticas, como a capoeira e o samba, desempenharam um papel central na formação da identidade afro-brasileira. Gilberto Freyre (1933), em sua obra *Casa-Grande & Senzala*, reconhece que, apesar das desigualdades impostas pela sociedade escravocrata, os africanos e seus descendentes influenciaram profundamente a cultura brasileira, especialmente na música e nas artes populares. Contudo, é importante notar que Freyre, ao

celebrar a miscigenação, muitas vezes negligencia as tensões e as assimetrias de poder envolvidas nesse processo.

Nesse sentido, a identidade afro-brasileira configura-se como um campo de luta contínua por reconhecimento, que ultrapassa o âmbito cultural, abrangendo também dimensões políticas e sociais. Essa luta se manifesta em novas formas de resistência e afirmação no cenário contemporâneo. A análise da identidade afro-brasileira suscita reflexões sobre as estruturas de poder que historicamente moldaram, e ainda moldam, o país, ao mesmo tempo em que abre espaço para uma maior valorização da diversidade e da equidade racial.

Stuart Hall (2003), teórico da identidade cultural, argumenta que as identidades são fluidas e múltiplas, formadas no cruzamento de diferentes histórias e experiências. No contexto afro-brasileiro, a identidade se configura a partir da interação entre as heranças africanas e as experiências de opressão vividas no Brasil. Hall sugere que as identidades afro-diaspóricas são formadas tanto pela memória do passado africano quanto pelas lutas políticas e culturais contra o racismo e o colonialismo no presente.

Abdias do Nascimento (1978), em sua obra *O Genocídio do Negro Brasileiro*, acrescenta que a identidade afro-brasileira foi continuamente desvalorizada e reprimida pelas elites brasileiras, que buscavam a construção de uma identidade nacional baseada em um modelo europeu. Para Nascimento, a luta pela valorização da cultura afro-brasileira é, ao mesmo tempo, uma luta por reconhecimento político e social, sendo o movimento negro um ator fundamental nesse processo. Ele afirma que “a identidade afro-brasileira é inseparável da luta contra o racismo e pela igualdade de direitos” (Nascimento, 1978, p. 112).

3.2 “ATLÂNTICO NEGRO”, A TROCA CULTURAL QUE RESULTOU NA MISCIGENAÇÃO BRASILEIRA

A identidade afro-brasileira emerge da interação entre múltiplas referências culturais e das diversas experiências de resistência ao longo da história. A obra “Atlântico Negro” de Paul Gilroy destaca as trocas que ocorreram entre Europa, África e as Américas, e o impacto duradouro do tráfico de escravos, compreende-se, assim, que a diáspora africana não apenas moldou as identidades e sociedades onde os africanos foram forçosamente deslocados, mas também gerou uma cultura dinâmica que continua a influenciar o mundo contemporâneo. Segundo o autor:

A identidade negra não é algo essencial, não é inata ou absoluta. É antes um processo dinâmico que se reconfigura constantemente em resposta a uma série de fatores históricos, sociais e políticos” (Gilroy, 2001, p. 38).

Em outras palavras, a identidade negra não é algo fixo ou permanente, nem algo com características imutáveis desde o nascimento. Em vez disso, é entendida como um processo contínuo de construção e transformação, que se molda e se redefine conforme os acontecimentos históricos, as condições sociais e as influências políticas. Esse processo dinâmico reflete como a identidade negra é influenciada por contextos variados, mudando com as vivências, resistências e contextos culturais e políticos ao longo do tempo.

No contexto brasileiro, o Atlântico Negro se relaciona diretamente à formação da identidade negra devido à extensa história de tráfico de escravos e as influências culturais, religiosas e sociais que esses grupos trouxeram da África e readaptaram no Brasil. A ideia de diáspora e de “dupla consciência”, conceitos centrais na obra de Gilroy, mostram que as identidades negras no Brasil e em outros países americanos são resultado de uma fusão entre heranças africanas e experiências de marginalização na modernidade ocidental, levando à formação de uma cultura híbrida e dinâmica.

A construção da identidade também se manifesta nas práticas culturais, como a música e a religião, que preservam vestígios da cultura africana, mas se transformam em novos contextos, evidentes em expressões como candomblé, samba e maracatu no Brasil. Esses elementos funcionam como indicadores da experiência negra no país, reforçando a conexão com o passado africano, ao mesmo tempo em que respondem às circunstâncias locais de discriminação racial e desigualdade social. Dessa forma, o conceito de Atlântico Negro não apenas traça uma história de resistência e adaptação, mas também representa um modelo de identidade em constante processo de reconstrução. Como destaca Lélia Gonzalez (1988), essa identidade se forma no “Atlântico Negro”, um espaço simbólico que estabelece uma conexão entre o Brasil e outros países da diáspora africana, sendo continuamente ressignificada pelas novas gerações de afrodescendentes que persistem em confrontar as estruturas de desigualdade e racismo que permeiam a sociedade brasileira.

Gonzalez (1988) argumentava que a constituição cultural e identitária das populações negras no Brasil resulta de uma complexa interseção de influências africanas, indígenas e europeias, marcada de maneira significativa pelo processo de diáspora e pela resistência cultural. Ela propunha uma abordagem crítica ao modo como a cultura negra foi moldada pela estrutura racista e colonial, sublinhando a relevância do conceito de “América Ladina” — termo por ela cunhado para evidenciar as especificidades da experiência afro-latina “Somos ‘América Ladina’, pois há muito que o nosso continente sofre a presença do negro e do índio como componentes fundamentais”. (Gonzalez, 1988, p. 56) Essa perspectiva reforça a ideia de que o conceito de Atlântico Negro não se limita a uma teoria

de diáspora africana, mas se configura como um espaço para a reafirmação e recriação de identidades que rejeitam a imposição de uma identidade homogênea, destacando as particularidades da vivência negra no contexto brasileiro.

4. COLONIALISMO DO PODER

A violência estrutural no Brasil está enraizada em sua história. No contexto da formação da identidade brasileira, o conceito de *colonialidade* expõe como o processo colonial impôs uma estrutura de dominação racial, econômica e cultural, que permaneceu mesmo após a abolição formal da escravidão. A implementação de sistemas políticos e econômicos, frequentemente sustentados por regimes autoritários, deixou marcas profundas nas estruturas sociais do país.

A obra *Colonialidade do Poder*, do sociólogo peruano Aníbal Quijano, aborda como a colonização da América Latina moldou as dinâmicas de poder, especialmente por meio da racialização da sociedade e da exploração econômica, ambos conectados diretamente à escravidão. Segundo o autor:

A colonialidade do poder envolve a articulação entre duas esferas distintas de dominação: uma forma de controle da economia e uma forma de controle social pela categorização racial, que foi imposta no processo de colonização. A raça foi construída como um marcador de diferença para justificar a exploração do trabalho e legitimar a desigualdade social” (Quijano, 2000, p. 165).

Quijano destaca que a escravidão não foi apenas uma prática econômica, mas um elemento central na formação de um sistema de dominação racial que persiste após o período colonial. A racialização dos negros e indígenas, baseando-se em uma hierarquia racial, assim, se estruturou o que ele chama de “colonialidade do poder”. No Brasil, isso se reflete na maneira como a identidade nacional foi forjada com base em um mito de “democracia racial”, enquanto as hierarquias de poder permaneciam racializadas.

A colonização introduziu um padrão de poder que não apenas explorava o trabalho escravo, mas naturalizava a inferioridade racial dos afrodescendentes e indígenas. Tal conjuntura, pode ser observado na persistente desigualdade racial e na marginalização das populações negras e indígenas, mesmo após a abolição da escravatura no Brasil. A identidade brasileira foi construída com base na exclusão dessas vozes e na negação dos impactos duradouros da escravidão.

A colonização integrou as Américas, incluindo o Brasil, a um sistema econômico global em que a divisão racial do trabalho desempenhou um papel central. A escravidão constituiu um pilar fundamental desse sistema, e a exploração do trabalho de indivíduos negros escravizados foi crucial para a acumulação de

riqueza nas metrópoles europeias. No contexto brasileiro, essa dinâmica estabeleceu uma base para o desenvolvimento econômico que sempre se sustentou na exploração racializada. Quijano (2000) reflete sobre como o processo de escravização desumanizou milhões de indivíduos, transformando-os em “mercadorias”. Contudo, ele também destaca as diversas formas de resistência, tanto culturais quanto sociais, que os povos colonizados e escravizados manifestaram ao longo desse processo.

A categorização racial, responsável pela perda da singularidade dos indivíduos, dividiam as sociedades a partir de questões sociais, sendo, dessa forma ignorado a sua subjetividade cultural desses povos. Quijano (2000) argumenta que a racialização foi uma estratégia fundamental para consolidar o poder colonial, a ideia de raça foi criada em conjunto com o modo de se operar essa ideia com o objetivo de enriquecer a supremacia branca, sistematizando a exploração do trabalho através da violência contra os povos não brancos. A classificação de indivíduos e grupos com base em características físicas, como cor da pele, permitiu aos colonizadores legitimarem a exploração e a subjugação, o autor enfatiza que a ideia de raça não é uma construção biológica, mas uma construção social e histórica que se desenvolveu no contexto do colonialismo.

A categorização racial desempenhou um papel significativo na constituição das identidades nacionais e sociais na América Latina. A noção de mestiçagem, que exalta a confluência de diversas etnias — particularmente indígenas, africanas e europeias — foi promovida como um ideal nacional em diversos países da região. Tal narrativa visava estabelecer uma identidade nacional que se dissociava das heranças da colonização europeia.

No entanto, essa celebração da mestiçagem frequentemente resultou na marginalização de grupos indígenas e afrodescendentes, perpetuando a concepção de que a identidade “verdadeira” era aquela que se conformava ao estereótipo do mestiço idealizado. Ademais, a ênfase na mestiçagem tende a minimizar ou negar a rica diversidade étnica presente, contribuindo para a homogeneização das identidades. Essa homogeneização, por sua vez, favorece a invisibilização de comunidades que não se enquadram nas categorias raciais dominantes, como os povos indígenas, que continuam a enfrentar exclusão e discriminação.

A categorização racial exerceu uma influência significativa nas representações culturais presentes na literatura, na arte e na mídia. Frequentemente, tais representações perpetuam estereótipos raciais e sociais, refletindo a hierarquia racial estabelecida. Em contrapartida, movimentos culturais emergentes têm buscado desafiar essas narrativas, promovendo uma representação mais inclusiva e diversificada. Ademais, a categorização racial propiciou a formação de culturas sincréticas, que resultam da fusão de tradições africanas, indígenas e europeias.

Esse fenômeno do sincretismo constitui uma característica fundamental da identidade latino-americana, embora, simultaneamente, seja uma fonte frequente de tensão entre as diferentes identidades étnicas.

Após o fim da escravatura cria-se uma ideia de que todos os povos são livres, mas Quinjano (2000) argumenta que a colonização cria uma roupagem, sendo denominada por ele como colonialidade, mas preserva seus objetivos de continuar contribuindo para o enriquecimento da população de supremacia branca, colonizadora.

Em síntese, esta teoria se fundamenta na premissa de que, com o desfecho do período escravocrata, o colonialismo assumiu uma nova configuração para continuar exercendo controle e exploração sobre as populações negras e indígenas, reformulando a concepção de raça. Para tal, as discussões englobam os conceitos de capitalismo, globalização, eurocentrismo e modernidade, analisando de que maneira cada um desses elementos atua como mecanismo de manutenção e atualização da colonialidade, bem como do controle exercido por países europeus e norte-americanos sobre nações colonizadas e povos minoritários.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da *diáspora africana* e sua influência na (re)construção da identidade brasileira revela a profundidade das conexões históricas e culturais entre o continente africano e o Brasil. O processo de colonização, marcado pela brutalidade do tráfico de escravos, teve efeitos devastadores sobre as populações africanas, separando indivíduos de suas terras e culturas originais. No entanto, ao serem forçados a migrar para o Brasil, esses povos trouxeram consigo um legado cultural, religioso e social que seria decisivo na formação da nação brasileira.

Ao longo da história, a resistência e resiliência dos descendentes africanos no Brasil foram essenciais para a preservação de tradições e práticas que enriqueceram a identidade brasileira. Movimentos culturais como o samba, o candomblé e a capoeira, por exemplo, são expressões diretas dessa herança africana e mostram como a cultura africana se entrelaçou de forma indissociável à cultura brasileira. Além disso, o pensamento crítico sobre as questões raciais, que emergiu com mais força a partir do século XX, ajudou a repensar a história oficial do Brasil, evidenciando as contribuições africanas que muitas vezes foram silenciadas ou subvalorizadas.

Assim, entender as raízes ancestrais africanas no Brasil é fundamental para o fortalecimento de uma identidade nacional mais inclusiva e plural. Reconhecer as contribuições africanas na formação da sociedade brasileira não apenas corrige uma injustiça histórica, mas também valoriza a diversidade que caracteriza o

Brasil contemporâneo. A partir desse reconhecimento, é possível construir uma narrativa mais justa e completa da história brasileira, em que as vozes e legados dos africanos e seus descendentes são celebrados e respeitados.

REFERÊNCIAS

ALVES, Alexandre; FAGUNDES DE OLIVEIRA, Letícia. *Conexões com a História*. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.

CHAVES ARAÚJO DE MELO, Érica Renata. A formação do povo brasileiro a partir do pensamento de Lélia González e Abdias do Nascimento. *Sociologias Plurais*, v. 9, n. 2, p. 130-148, jul. 2023. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/sociologiasplurais>. Acesso em: 06 out. 2024.

Comunidades quilombolas: identidade forjada através da resistência. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2022/03/comunidades-quilombolas-identidade-forjada-atraves-da-resistencia>. Acesso em: 16 de agosto de 2024.

Coordenadoria de mobilização e coordenação sociais (cimos) - Ministério Público de Minas Gerais (mpmg). *Direitos dos povos e comunidades tradicionais*. Minas Gerais. 2014.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1933.

GILROY, Paulo. *O Atlântico Negro: Modernidade e Dupla Consciência*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Editora 34, 2001.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: SILVA, Maria Nazareth Soares da (Org.). *Lélia Gonzalez – Primavera para as rosas negras: A obra de Lélia Gonzalez*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1988.

GONÇALVES, Marco Antonio. *Cultura e resistência afro-brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: Editora Autêntica, 2018.

MUNAMBA, Kabengele. *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional*

versus Identidade Negra. São Paulo: Autêntica. 15 de jul. 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VERGER, Pierre. *Orixás: Deuses Iorubás na África e no Novo Mundo*. São Paulo: Corrupio, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.